



PRIMEIRO MINISTRO

**DISCURSO DE
SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO
KAY RALA XANANA GUSMÃO**

**POR OCASIÃO DA CERIMÓNIA DE ENTREGA DO “PRÉMIO PROFESSOR
DOUTOR JORGE MIRANDA – CONSTITUIÇÃO E DIREITOS HUMANOS”**

Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa
25 de junho de 2026



Palácio do Governo
Avenida Marginal
Dili, Timor-Leste

Suas Excelências
Senhoras e Senhores,

É com profunda emoção que recebo esta alta distinção, o “Prémio Professor Doutor Jorge Miranda – Constituição e Direitos Humanos”.

Permitam-me agradecer à prestigiada Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, este privilégio tão inesperado.

Por maior que seja a honra de ver o meu nome associado ao do Professor Doutor Jorge Miranda, não posso deixar de manifestar a profunda humildade com que recebo esta distinção.

Até porque a minha verdadeira escola foi a escola da vida, e o meu mestre foi, e continua a ser, o povo de Timor-Leste.

Agradeço sinceramente as generosas e elogiosas palavras que aqui me foram dirigidas. Não ambiciono que as minhas palavras de agradecimento tenham a mesma eloquência, mas faço questão de afirmar que são proferidas com inteira sinceridade e com o mais profundo sentido de gratidão.

Senhoras e Senhores,

Esta homenagem recai, não sobre mim, mas na jornada coletiva de um povo que lutou, sofreu e perseverou para conquistar a liberdade, a dignidade e o direito de decidir o seu próprio destino.

Não fosse o sacrifício dos mártires da Pátria e o esforço silencioso de milhares de timorenses – muitos deles heróis anónimos, cujos atos de bravura excepcionais permanecem desconhecidos do grande público – e hoje não teríamos um Estado nem uma Constituição.

Na minha humilde opinião, a luta pela independência de Timor-Leste constitui um marco exemplar na defesa dos direitos humanos. Após décadas de ocupação e de graves violações de direitos fundamentais, o povo timorense nunca deixou de acreditar num futuro de justiça, paz, soberania e liberdade.

E, durante todo esse tempo de luta e sofrimento, não recebemos uma única arma, uma única bala, nem qualquer treino militar ou estratégico. Mas recebemos o escudo – ou talvez a arma mais fundamental de todas: a solidariedade internacional e, muito particularmente, a solidariedade do povo português.

Se eu pudesse cantar o fado que corre nas veias dos portugueses, seria um fado de homenagem à extraordinária fraternidade com que defenderam os direitos de um povo distante, sozinho e indefeso.

A soberania conquistada não significou apenas a criação de um novo Estado, mas abriu a oportunidade de construir uma sociedade fundada no respeito pela dignidade humana, na memória da resistência, na proteção dos direitos de todos os cidadãos e, não menos importante, numa história de reconciliação – tão necessária no mundo conturbado de hoje.

Recordo, novamente, com particular estima e gratidão, aqueles que, alcançada finalmente a independência, se juntaram a nós na tarefa de erguer as fundações do nosso Estado de direito democrático.

Entre essas fundações, uma das mais essenciais foi, sem dúvida, a elaboração da Constituição da República Democrática de Timor-Leste independente.

Valorosos homens e mulheres tiveram a coragem de revisitar os princípios revolucionários de 1975, dando-lhes uma nova expressão jurídica. A Constituição tornou-se o símbolo do nosso sonho de independência e o pacto fundador da nossa vida coletiva nacional.

O farol que ilumina o caminho do nosso Estado de direito democrático.

Agradeço e presto homenagem aos Deputados da Assembleia Constituinte que conduziram a aprovação da nova Constituição da República, a 22 de março de 2002. Assembleia Constituinte presidida por Francisco Guterres “Lú-Olo”, que assumiu ainda o papel histórico de proclamar a Restauração da Independência da República Democrática de Timor-Leste, a 20 de maio de 2002.

Excelências

Senhoras e Senhores,

Na atual Constituição estão consagrados os valores pelos quais lutámos: a autodeterminação, o multipartidarismo, a liberdade de expressão civil e religiosa, a igualdade entre homens e mulheres, a proteção das nossas línguas, cultura e identidade, e o respeito inalienável pelos direitos humanos de cada timorense.

O Professor Doutor Jorge Miranda é uma referência maior do constitucionalismo de língua portuguesa e um amigo de longa data de Timor-Leste.

Contribuiu, com o seu saber e a sua visão, para o debate constitucional e para o fortalecimento da cultura jurídica no nosso país.

Este Prémio, que honra o seu nome, é também um convite permanente a aprofundarmos o estudo, a compreensão e a vivência da Constituição e dos direitos humanos no quotidiano de Timor-Leste.

E é uma inspiração para as gerações futuras, para que a Constituição da República Democrática de Timor-Leste nunca deixe de ser o símbolo vivo da nossa luta histórica e do sofrimento do nosso povo.

Excelências
Senhoras e Senhores,

Num país que nasceu da resistência e da luta pela justiça, os direitos humanos são a memória viva do que sofremos e o compromisso firme de não permitir que tais sofrimentos se repitam.

Sempre que protegemos a liberdade de expressão, sempre que garantimos um julgamento justo, sempre que defendemos um jornalista, um defensor de direitos humanos, uma criança, uma mulher, um trabalhador, ou qualquer cidadão em situação de vulnerabilidade, estamos a honrar a nossa história coletiva.

Timor-Leste é um Estado jovem, democrático e em desenvolvimento. Mas desenvolvimento não pode ser apenas crescimento económico, medido por números “ríspidos” em relatórios.

Desenvolvimento é consolidar as instituições do Estado, ter a coragem de analisar, sem medo, os sucessos e os fracassos das opções tomadas, e planear com visão de longo prazo, para além dos ciclos políticos, para que o povo timorense sinta que os sacrifícios da independência não se resumem a uma ordem jurídica, a um hino e a uma bandeira nacional.

Desenvolvimento é criar condições para que as nossas crianças tenham acesso à escola, para que as mães timorenses tenham acesso a cuidados de saúde de qualidade, para que os jovens possam ter uma formação de qualidade e um emprego digno, e para que os idosos sejam respeitados e protegidos.

E, é garantir que, neste processo de desenvolvimento, não comprometemos irreversivelmente a saúde do nosso património comum – o nosso meio ambiente e os nossos recursos naturais, também marinhos –, pois este património natural é o garante das futuras gerações.

E isto são, em última análise, exigências concretas consagradas na nossa Constituição.

Excelências

Senhoras e Senhores,

Uma democracia jovem é, por natureza, frágil e exigente. Estes primeiros 24 anos de independência, celebrados em maio deste ano, não foram um desafio menor do que os 24 anos de luta pela independência.

Erguer instituições fortes, formar o nosso capital humano, construir as infraestruturas essenciais ao progresso económico e social e fortalecer a justiça, a saúde e a educação, não se conquista de um dia para o outro, sobretudo quando se recomeça a partir dos escombros de um país destruído e de um povo destruído pelo sofrimento.

E, contudo, sem estas fundações, não poderemos sustentar a paz, a estabilidade, nem a consolidação democrática de Timor-Leste.

Falhar neste propósito é falhar com a nossa Constituição. E falhar na apropriação que o povo faz da Constituição é falhar na garantia dos direitos humanos dos timorenses.

Excelências

Senhoras e Senhores,

Não posso falar em direitos humanos sem falar no que se passa hoje no mundo.

Assistimos, muitas vezes, impotentes e frustrados, a um afastamento progressivo das normas e valores universais, e até do próprio direito internacional.

A comunidade internacional, após muitos anos de insegurança generalizada, chegou a um consenso mínimo sobre a forma de tratar os grandes problemas que afetam a humanidade e o planeta.

Este consenso, que parecia sólido, vai-se fragmentando, dia após dia, sob o peso da guerra e dos interesses económicos, e sob a nossa incapacidade de colocar a tolerância acima do ódio, o diálogo acima da arrogância, e a reconciliação acima das diferenças.

Foi aqui hoje recordado que sou idoso! Sim, celebrei, com muita emoção, em Lisboa, o meu 80.º aniversário. Praticamente o mesmo tempo de vida da Organização das Nações Unidas.

Nestes 80 anos, fui testemunha da vontade, ou da esperança, de salvar as gerações futuras da guerra e de outros flagelos que afetam a humanidade.

Testemunhei a vontade internacional de construir um sistema de direito internacional e de desenvolvimento para todos.

Mas, ao olharmos para o mundo – trespassado por conflitos armados, crises humanitárias, emergências climáticas e desigualdades extremas – percebemos que essa esperança continua a ser só um sonho.

Infelizmente, o sistema construído ao longo de décadas, ainda que imperfeito, de cooperação, diálogo e regras comuns, está a ser corroído por uma combinação perigosa de desinformação, impulsividade, populismo e desconfiança generalizada nas e das instituições.

Não posso deixar de apelar aos jovens, sobretudo nesta instituição dedicada ao estudo e à promoção do Direito e dos valores fundamentais, que retomem e renovem o legado das grandes conquistas multilaterais.

Que a compreensão e a vivência do Direito voltem a significar algo profundo para as novas gerações. Que sejam os jovens – com a sua energia e sabedoria – a impor uma vontade coletiva capaz de tornar real a promessa de paz, de dignidade e de direitos humanos para todas as pessoas.

E, permitam-me, porque não posso deixar de o fazer, que lembre aqui outro povo que, apesar de mais próximo da Europa, continua sozinho e a sofrer: o povo saharauí.

E sofre duplamente. Sofre porque privado da sua soberania, e sofre porque é a nação esquecida deste século XXI.

Desde 1975, os tribunais internacionais têm reiterado que a questão do Saara Ocidental deve ser tratada à luz dos princípios da Resolução da Assembleia-Geral das Nações Unidas sobre a autodeterminação dos povos e o seu direito à soberania.

Em 1991, o Conselho de Segurança das Nações Unidas estabeleceu a Missão das Nações Unidas para o Referendo no Saara Ocidental (MINURSO). Nessa altura, eu liderava a resistência armada em Timor-Leste e, como muitos outros guerrilheiros e outros timorenses, senti-me profundamente motivado e cheio de esperança de que um dia também chegaria a nossa vez.

Em 1992, o Referendo no Saara Ocidental foi adiado. Ficámos devastados com esta notícia. Em 1999, quando o Presidente Habibie teve a coragem e a lucidez de compreender o contexto e as normas internacionais, mesmo em plena e difícil transição democrática na Indonésia, surgiu finalmente a possibilidade de um processo referendário em Timor-Leste.

E quando a ONU, em junho de 1999, ponderou também o adiamento em Timor, por razões de segurança e violência, eu disse não. Disse não porque já eram incontáveis as vidas timorenses perdidas e os atos de violência sofridos, para que recuássemos por medo de “mais violência”.

O seu sacrifício não poderia ser em vão!

Continuo a apelar para que as resoluções do Conselho de Segurança sobre o Saara Ocidental sejam implementadas para a realização de um referendo de autodeterminação para o povo saarauí.

Este é um dos sonhos por cumprir de que falei.

Outro sonho por cumprir é o de um maior diálogo e de uma cooperação verdadeiramente comprometida com a paz.

O mundo enfrenta hoje mais de 61 conflitos armados ativos, num contexto geopolítico que alguns chamam de “Grande Fragmentação”.

Os princípios e as normas internacionais devem ser respeitados e aplicados por todos, e não apenas por alguns, nem apenas quando convém.

Não posso deixar de exprimir a minha profunda preocupação perante as crises humanitárias graves na Palestina, na Ucrânia, na Síria, no Iémen, na República Centro-Africana, no Afeganistão, na República Democrática do Congo, no Sudão, no Haiti, no Líbano, entre outros lugares onde o sofrimento é diário.

É uma lista demasiado longa de tragédias, de situações exasperantes de fome, doença, pobreza, insegurança e medo. São demasiados civis, mulheres e crianças, em risco. Em última análise, é o próprio futuro da humanidade que está em risco.

E eu sei, por experiência própria, que mesmo quando a guerra acaba, são incalculáveis os esforços e o tempo necessários para recuperar da destruição e do trauma coletivo.

Senhoras e Senhores,

Renovo o meu compromisso pessoal e institucional de continuar a lutar para que a Constituição em Timor-Leste seja um instrumento efetivo de justiça social.

E para que a experiência de Timor-Leste – a passagem de um longo período de conflito para a paz, reconciliação e desenvolvimento – seja uma referência para o mundo inteiro, um exemplo vivo de gratidão para com os que se sacrificaram e para com todos os que, de perto ou de longe, ajudaram o nosso povo.

Agradeço, mais uma vez, à Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, a forma calorosa como me recebeu. E agradeço o contributo dado à formação e consolidação dos quadros jurídicos timorenses, quer através da receção de jovens estudantes na Faculdade, quer através da cooperação entre a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e a Universidade Nacional Timor Lorosa'e.

Termino reiterando que esta homenagem pertence ao povo de Timor-Leste. Pertence às gerações que conquistaram a liberdade e às gerações futuras que terão a missão de a preservar e aprofundar.

Que todos os timorenses saibam honrar a confiança que nos foi depositada e guardar, com lealdade e coragem, o legado do nosso povo heroico.

Muito obrigado.

Kay Rala Xanana Gusmão